

Cruesp propõe confisco de ganhos da Greve de 2004

- *Paralisação no dia 24/5 com Ato na Paulista*
- *Aprovado indicativo de Greve*

Em 12/5/05 realizou-se a primeira reunião de negociação deste ano entre Fórum das Seis e o Cruesp. Logo no início os reitores declararam seu compromisso com a preservação dos salários de docentes e funcionários e que consideravam importante a ampliação do financiamento das universidades estaduais paulistas. Parecia um ótimo início.

O Coordenador do Fórum reiterou que nossa reivindicação era a volta ao salário real de maio de 2001 pelo ICV-DIEESE e reajustes trimestrais pelo mínimo da variação acumulada entre o ICMS e o ICV-DIEESE. Além disso, frisou que considerávamos importante ter montantes adequados de verbas de custeio e capital para universidades, mas que estes não poderiam ser garantidos pelo arrocho de salários e sim pela ampliação de recursos para as estaduais paulistas, uma luta histórica do Fórum das Seis.

O Cruesp propôs discutir os dados e regressões feitas pelo Fórum das Seis, estimando o comprometimento com salários nas três universidades. O Fórum respondeu que durante a reunião técnica havia explicitado suas estimativas para a arrecadação do ICMS em 2005

(entre R\$ 37,5 bilhões e R\$ 38,2 bilhões, com tendência a aproximar-se da superior) e que, embora o Cruesp concordasse que a estimativa do governo seria superada, ainda não havia declinado a sua própria. Como o Fórum, o Cruesp poderia fazer diversos ensaios, mas o importante naquele momento era declarar sua própria estimativa e sua proposta de reajuste e de política salarial na data-base. Feito isto, teríamos bases concretas para discutir o tema. O Fórum precisou insistir diversas vezes para que, finalmente, o presidente do Cruesp indicasse a proposta e as bases para sua formulação.

Os pressupostos da proposta do Cruesp eram:

a) O comprometimento acumulado de cada uma das universidades com salários no ano de 2005 deveria ser menor que 90%;

b) Como de hábito consideraria o índice de inflação da Fipe, portanto o parâmetro deve ser os 7,94% correspondentes à estimativa de inflação de abril/04 a abril/05;



Daniel Garcia

Deliberações da Assembléia da Adusp de 17/5

1. Paralisação das atividades no dia 24/5.
2. Indicativo de greve para discussão nas assembleias setoriais
3. Calendário da campanha salarial:
24/5, terça-feira, às 11h00, debate sobre os números da campanha, em local a ser anunciado.
24/5, terça-feira, às 13h00, ato na reitoria da Unesp durante as negociações com o Fórum das Seis.
25/5, quarta-feira, às 12h00 e 30/5, segunda-feira, às 17h00, assembleia da Adusp com indicativo de greve na pauta, em local a ser anunciado.

c) Estimava de arrecadação do ICMS de R\$ 37,2 bilhões para 2005.

O Cruesp declarou que, com estes parâmetros, um reajuste de 7,94%, a partir de maio de 2005, levaria o comprometimento acumulado da Unicamp com salários a 92,64%. Após

Reunião com o Cruesp

várias solicitações de esclarecimento (pois parecia não haver concordância de todos os membros do Cruesp acerca da proposta), estabeleceu-se que os reitores propunham:

1. Reajuste de 4 % em Maio/05;
2. Em Outubro/05 o Cruesp fará uma previsão do ICMS para o ano de 2005, não tendo ficado claro como ela será construída. Teríamos então três possibilidades:
i) Se tal previsão for menor

ou igual a R\$ 37,2 bilhões, o reajuste de outubro seria de 0%;

ii) Se a previsão for de R\$ 37,7 bilhões, teríamos um reajuste salarial de 3,79%, que compostos com os 4% na data-base, integralizariam os 7,94%, que é o índice Fipe de abril/04 a abril/05;

iii) Se a previsão for maior do que R\$ 37,7 bilhões ou ficar entre R\$ 37,2 bilhões e R\$ 37,7 bilhões, o Cruesp realizaria uma reunião para

continua na p. 2

PRÓXIMAS ASSEMBLÉIAS DA ADUSP
4ª-feira, 25/5, às 12 horas - 2ª-feira, 30/5, às 17 horas
Local a definir. Pauta: Campanha Salarial.

Tática dos reitores é financiar custeio com arrocho

continuação da capa

discutir um eventual reajuste, que no primeiro caso poderia ser maior que os 3,79% do item (ii) precedente.

A reação dos representantes do Fórum das Seis foi de indignação. Os reitores insistiram em manter a formulação que havia sido apresentada e nova reunião de negociação foi agendada para o dia 24/5, devido a compromissos no exterior de todos os reitores.

Avaliação da proposta

Primeiramente, o índice de 4% em Maio/05 constituiu-se em um confisco de ganhos da greve de 2004. Diversos indicadores permitem esta constatação:

1) Se considerarmos o índice ICV-Dieese que mede a inflação de abril/2004 a abril/2005, 8,49%, e dele descontássemos os 4% da proposta do Cruesp obteríamos 4,32%, que é maior do que os 4,18% conquistados em maio-junho/2004!

2) O reitor da Unesp (atual presidente do Cruesp) havia declarado a possibilidade de descontar (!?), na data-base de 2005, o reajuste de 2,76% conquistado em janeiro/2005 (via fórmula negociada com o Cruesp no ano passado). Assim, se descontarmos os 2,76% de 7,94% (índice Fipe) ou de 8,4% (ICV-Dieese) obteríamos 5% e 5,56%, valores superiores aos 4% concedidos!

Está clara a insuficiência aguda que caracteriza a proposta de 4% de reajuste na data-base de 2005, bem como o seu caráter de confisco dos ganhos que obtivemos em 2004.

Em segundo lugar, a proposta concreta de política salarial é a perda líquida de poder aquisitivo da remuneração de docentes e funcionários. O processo inflacionário é contínuo e o eventual reajuste em Outubro/05 apenas completaria um índice que deveria estar incluído no reajuste de data-

base, pois corresponde à perda entre abril/04 e abril/05.

O que fundamenta os 4% propostos pelo Cruesp é a velha, perversa e inaceitável tática de financiar ações da universidade por meio do arrocho de salários. Os reitores alegam que o comprometimento acumulado com salários não pode ultrapassar 90% em cada universidade, e a Unicamp ultrapassaria tal parâmetro. Cabe lembrar que sempre defendemos que o ideal seria um comprometimento com salários da ordem de 75% da receita da universidade, possibilitando o exercício efetivo de sua autonomia. Mas esse ideal sempre esteve associado a um indispensável aumento do investimento no ensino superior público e jamais ao arrocho de salários.

A artimanha de incrementar custeio e investimento via arrocho de salários freqüentemente origina-se de visões toscas ou privatizantes do serviço público, e, entre outros malefícios, compromete a formação e a manutenção dos quadros da universidade, certamente o seu maior patrimônio.

Nossa ação na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) tem sido sempre para ampliar o investimento em toda a educação pública,

inclusive defendendo aumento significativo das vagas no ensino superior público. Infelizmente, nem sempre temos contado com os reitores neste embate travado, essencialmente, contra os governos estadual e federal.

A questão da Unicamp

Importante também indagar a origem do crescimento do comprometimento com salários na Unicamp. O Fórum já havia detectado, nos últimos três anos, um incremento maior da folha da Unicamp do que das outras universidades estaduais, em média cerca de 3,2% ao ano. Durante a reunião de negociação nossas suspeitas foram confirmadas, pois a Unicamp, a mais jovem entre as três universidades paulistas, viveu um pico de contratações há justamente vinte anos.

Assim, a sexta parte à qual têm direito docentes e funcionários estatutários (um acréscimo de 20% no salário após 20 anos de serviço) está tendo um efeito significativo no crescimento da folha. Ao mesmo tempo, estão pagando muitas licenças-prêmio e ainda não entrou "em regime estacionário" o percentual de participação dos aposentados na folha de pagamento.

Fatos previsíveis como esses, que deveriam ter sido antecipados pelos gestores da Unicamp e que mereciam providências concretas para ampliação de verbas, estão hoje sendo usados como parte da justificativa do arrocho proposto pelo Cruesp.

Enganam-se redondamente os reitores se pensarem que docentes e funcionários das estaduais paulistas irão aceitar a utilização dos direitos à sexta parte ou à licença-prêmio, para justificar os 4% colocados em cima da mesa de negociação! Consideramos, isso sim, que era obrigação desses gestores anteciparem-se ao problema, buscando a solução na ampliação da destinação de recursos para as universidades, mesmo que desagradasse o governador de plantão.

Importante registrar que o montante necessário para tanto está longe de ser algo intransponível. Por exemplo, se os atuais 9,57% do ICMS passassem para 9,71%, isto é, um reajuste de 1,5%, e o excedente dos 9,57% fosse repassado em partes iguais à Unesp e à Unicamp (mantendo-se, portanto, a parcela atual da USP dos 9,57%, ligeiramente maior que a metade), desapareceria o problema, pois os orçamentos tanto da Unicamp, quanto

da Unesp cresceriam em 3%.

Mas há muitas outras possibilidades. Há muito que o Fórum insiste que o desconto da Habitação antes do cálculo dos 9,57% que serão destinados às universidades é indevido, faltando-lhe mesmo fundamentação jurídica. Neste ano, o montante descontado, é de R\$ 61,7 milhões/mês, um aumento de 51,7% sobre o ano anterior!

Isso representa uma perda de cerca de 2% no orçamento de cada universidade, o que possibilitaria que o comprometimento da folha da Unicamp ficasse compatível com o das outras universidades. A superestimação de 92,64% de comprometimento acumulado da Unicamp com a concessão dos 7,94% na data-base, reduzir-se-ia para cerca 90,8% com os parâmetros propostos pelo próprio Cruesp.

Nossa luta

Finalmente, fomos surpreendidos pela impossibilidade de realizar nova rodada de negociação antes do dia 24/5, pois os reitores estarão fora do país. A alternativa era o dia 16/5, inviável devido à necessidade de divulgação e discussão ampla, pela comunidade universitária, da proposta feita pelos reitores. Isso não poderia ser feito durante um final de semana. É claro que o Cruesp tem plena consciência deste fato, assim como de sua agenda. A solução respeitosa para todas as partes teria sido iniciar muito mais cedo a negociação da pauta protocolada no dia 4/4/05.

Neste quadro, não resta, infelizmente, aos docentes, estudantes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp alternativa a não ser a de construir ampla mobilização em todo estado para reverter a posição do Cruesp, defendendo nossas condições de vida e trabalho e a universidade pública. É importante não permitir que os reitores tirem proveito da intensida-

Deliberações da Assembléia da Adusp de 5 de maio

Os eixos propostos pelo comitê composto pela Adusp, APD, DCE e Sintusp para a campanha de democratização foram aprovados pela assembléia. São eles:

- eleições diretas e paritárias para Reitor;
- Estatuinte soberana com participação proporcional de alunos, funcionários e professores de cada unidade.

A assembléia aprovou também a seguinte proposta

sobre concursos públicos, a ser encaminhada à Reitoria:

- a. Que fique a cargo dos departamentos compor comissões de avaliação após o período probatório de três anos. Ou seja, após três anos de sua posse, o docente seria avaliado pelo departamento e, obtendo decisão favorável, ganharia estabilidade. Recursos das decisões dos departamentos devem seguir os trâmites administrativos usuais da USP;

- b. Que sejam feitas as mudanças regimentais necessárias para que os candidatos aprovados sejam classificados de modo a permitir que estes sejam chamados a preencher a vaga, em ordem de classificação, caso o primeiro colocado desista de assumir o cargo durante o período de vigência do concurso;

- c. Que o ingresso exclusivamente por concurso público se estenda aos cursos novos e aos docentes mestres.

Curtas e grossas sobre o confisco

de de trabalho que acomete a todos nós, do cansaço natural do movimento de 2004 e das nossas dificuldades cotidianas para impor um arrocho salarial infundado.

Entre as tarefas fundamentais neste momento está o embate na Alesp em prol de nossas propostas históricas e contra novos golpes preparados pelo governo Alekmin contra o ensino superior público. Como em 2004, devemos estar organizados e presentes para defender:

- Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 11,6% e 10,6% do ICMS para as universidades estaduais;
- Emenda de 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza;
- Emenda de 33% da receita de impostos para o Ensino Fundamental e Médio públicos;
- Aprovação de uma lei estadual, destinando no mínimo 9,57% da receita de impostos do Estado para as universidades estaduais paulistas;

• Emenda de supressão do Art. 29 da proposta de LDO do governo que pretende descontar das verbas das universidades estaduais a parte patronal do IPESP. É bom lembrar que o pagamento dos aposentados é feito pelas universidades, sem contribuição adicional do governo do Estado, que fica com toda a contribuição previdenciária de professores e funcionários. É o governo Alekmin, mais uma vez, tentando fazer caixa à custa dos serviços públicos essenciais;

• Emenda garantindo o não desconto da Habitação no cálculo do repasse das verbas das estaduais paulistas.

Não temos dúvida de que só a nossa mobilização e organização poderão impedir mais um golpe nos nossos meios de sustento e conquistar a ampliação dos recursos destinados ao ensino e pesquisa públicos no Estado de São Paulo.

A inflação acumulada nesta data-base, entre abril/04 e abril/05 é: 7,94% (pela Fipe); 8,49% (pelo Dieese).

O reajuste concedido pelos Reitores até agora é de 4%.

Com ZERO% no ano passado perderíamos 4,37%.

Com QUATRO% este ano perderíamos 4,32%.

Do ponto de vista da perda salarial, portanto, a proposta inicial deste ano é um progresso: saiu de zero para 0,05%!

Havia temores de que os reitores descontassem agora o reajuste de 2,76% conseguido em janeiro/05.

Eles fizeram pior!

Descontando o reajuste de janeiro/05 do índice Fipe daria 5,04%.

Descontando o reajuste integralmente pago em 2004 (4,18%) do índice Dieese daria 4,13%.

Em qualquer dos casos o re-

ajuste seria maior que aquele concedido pelo Cruesp até agora.

A proposta do Cruesp é um confisco imediato das conquistas duramente obtidas com a greve de 2004!

A previsão do Cruesp para o ICMS/05 (R\$ 37,2 bilhões), classificada como conservadora, significaria um crescimento de 10,7% no repasse às Universidades em relação ao ano passado. Ou seja, algo 2,7 vezes maior que o reajuste concedido até agora.

As previsões de arrecadação do ICMS feitas pelo Fórum das Seis têm sido superadas pelo valor efetivamente apurado mensalmente. Avaliamos que o crescimento da arrecadação 2005 em relação a 2004 deve ultrapassar os 13%. Há, portanto, espaço para um reajuste que recupere o salário de maio/2001 como reivindicamos.



Daniel Garcia

2004: mobilização na Alesp

As universidades precisam de mais recursos para custeio e investimentos. Mas é inaceitável que eles sejam buscados através da contenção de despesas com assistência estudantil ou tungados do bolso de funcionários e docentes, como pretende o Cruesp. A LDO do governo do Estado está na Alesp. O impac-

to de nossas mobilizações em 2004 ainda é uma imagem viva para a população e para os deputados. Portanto, é fundamental aproveitarmos este momento para retomarmos nossa luta por mais recursos para a educação pública, especialmente para as Universidades Estaduais Paulistas e para o Centro Paula Souza.

É HORA DE MOBILIZAÇÃO! DEFENDEREMOS NOSSOS SALÁRIOS E MAIS RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA!

CARTA

“Informativo Adusp difama Curso de Psicopatologia Naippe-USP”

“O *Informativo Adusp* de 2 de maio de 2005 registra a seguinte manchete tão escandalosa quanto caluniosa e difamatória: ‘Curso de Psicopatologia ligado ao Naippe utiliza-se ilegalmente da marca USP’.

O texto do jornal baseia sua mentirosa manchete nos seguintes termos: ‘Desde o início deste ano, um curso de pós-graduação *lato sensu* na área de Psicopatologia vem usando a marca USP indevidamente. O curso vinha sendo promovido pelo Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas e Estratégia (Naippe) desde 2003, mas sua reedição, solicitada à USP no

final de 2004, não foi autorizada pela Pró-Reitoria de Pesquisa.’

Assim como as turmas anteriores haviam sido aprovadas pelas autoridades competentes da USP, a quarta turma do Curso de Psicopatologia Naippe-USP foi aprovada pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária para desenvolver suas **atividades por dois anos, a contar de agosto de 2004.**

Portanto, até pelo menos junho de 2006, o Curso de Psicopatologia Naippe-USP pode divulgar o seu nome, cuja pertinente referência à Universidade de São Paulo baseia-se na mais

estrita legalidade.

Exigimos pronto reconhecimento e reparação da inverdade veiculada.”

Prof. Dr. David Calderoni

Coordenador do Programa de Psicopatologia do Núcleo de Políticas e Estratégia da Universidade de São Paulo

N.R. - Repetimos as palavras do professor Adilson Avansi, pró-reitor de Cultura e Extensão, acerca da publicidade dada ao curso: “Não deveria ser possível fazer anúncio, porque é ilegal”.

Eleições na Adusp: 24 e 25/5

ICB consulta comunidade no processo de escolha de Diretor

O Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) realizou, em 28/4, uma consulta à sua comunidade para sugerir, a um colégio eleitoral, candidatos à direção da unidade. Os cinco docentes mais votados foram Luiz Roberto Giorgetti de Britto (20,5% dos votos), Telma Maria Tenório Zorn (9,9%), Carlos Frederico Martins Menck (8,9%), Rui Curi (7,8%) e Jackson Cioni Bittencourt (5,6%). O resultado completo da consulta, inclusive com os votos dados a cada professor, por categoria (alunos de Pós-Graduação, docentes e funcionários), está disponível em <http://www.icb.usp.br/eleicao/index.html>.

A consulta foi proposta à Congregação pela diretoria do ICB. De acordo com o diretor, professor Henrique Krieger, pretende-se com a iniciativa que a elaboração da lista tríplice pelo colégio eleitoral “seja a mais representativa possível”, já que, na consulta, todos os membros da comunidade tiveram direito de voto.

Todos os 26 professores titulares do instituto puderam ser votados. Os demais professores, porém, foram excluídos. Isso porque, na USP, a única situação em que um docente não-titular pode vir a ser eleito Diretor ou Vice-Diretor é quando a unidade não tem professores titulares em número suficiente para compor a lista. Nesse caso, os professores associados podem ser incluídos nela.

Nas palavras do professor José Maria Álvarez Mosig, mais conhecido como Pepe, membro da comissão eleitoral composta por quatro professores e um funcionário, houve uma “consulta às cegas”, sem anúncio de candidaturas, a fim de que ninguém fosse compelido ou a entrar na disputa, ou a ficar de fora.

Até 11/5, prazo inicialmente estabelecido pela comissão para que as candidaturas fossem comunicadas ao colégio eleitoral, apenas o professor

Britto e a professora Zorn haviam manifestado o desejo de compor a lista tríplice. O professor Mosig, no entanto, ressalta que o colégio eleitoral pode incluir, na lista tríplice, titulares que não tenham postulado candidatura.

Está previsto um debate entre os candidatos, aberto à comunidade. O colégio eleitoral reunir-se-á em 3/6 e votará em três escrutínios. Para que um titular entre na lista, deverá obter 50% dos votos mais um no primeiro ou no segundo escrutínio, ou qualquer maioria no terceiro. A escolha do Vice-Diretor acontecerá apenas no 2º semestre.

Participação

Enquanto funcionários e professores participaram expressivamente da consulta, ela parece não ter entusiasmado os alunos da Pós, a grande maioria da comunidade do ICB, com 58,8% das 1.102 pessoas que a compõem. Dos 648 estudantes de Pós, apenas 224 (34,6%) votaram. O ICB não tem cursos de Graduação, portanto estudantes

deste nível não participaram da consulta.

Dos 144 professores, votaram 102 (70,8%); e dos 310 funcionários, 209 (67,4%). No total, 535 pessoas (48,5% da comunidade) depositaram seus votos. Cada eleitor tinha o direito de propor até três nomes diferentes.

De qualquer forma, em comparação à consulta realizada em 2001, desta vez aumentou a participação de todas as categorias. Naquela ocasião, votaram apenas 20% dos alunos da Pós, 60% dos docentes e 62% dos funcionários.

À época, o professor Britto e a professora Telma conquistaram na consulta, respectivamente, 51% e 33% dos votos, seguidos pelo professor Krieger, com 15%. O colégio eleitoral manteve o professor Britto na cabeça da lista tríplice, embora tenha guindado o professor Krieger para a segunda posição. O então reitor, professor Jacques Marcovitch, contrariou a vontade da comunidade, escolhendo o professor Krieger.

Representatividade

O colégio eleitoral é composto pela Congregação e pelo conselho de cada um dos sete departamentos do ICB. Participam dele todos os professores titulares e associados e metade dos professores doutores, além de 5% a 10% dos funcionários, e de alguns representantes discentes da Pós nos conselhos departamentais (na Congregação não há RDs).

O professor Krieger acredita que o colégio seja representativo. Para ele, o fato de o Reitor dar a palavra final no processo de escolha de Diretor de unidade faria parte de um sistema em que a sociedade é representada dentro da USP, já que o próprio Reitor foi escolhido pelo Governador, que, por sua vez, foi eleito pelo povo. “É importante que o Reitor assuma a co-responsabilidade da escolha, já que ele é o responsável pela universidade”, afirma a professora Zorn.

“A eleição como está é realmente restritiva, elitizada, em grupos pequenos. Mas também não sou favorável a uma eleição totalmente aberta, em que

todos os alunos, funcionários e docentes tenham voto com o mesmo peso”, argumenta o professor Britto, que defende uma participação maior dos funcionários nos colegiados.

“Se a gente tem uma preferência, ela deveria ser respeitada”, opina Cláudia Ribeiro, secretária do ICB, sobre a escolha de Diretor, acrescentando que o mesmo vale para a eleição do Reitor. Esta, diz ela, deveria ser decidida dentro da universidade.

A possibilidade de haver eleição direta para os cargos de Diretor e Vice-Diretor de unidade ainda esbarra no estatuto da USP. Suas bases ainda são aquelas estabelecidas pela reforma estatutária de 1970, um dos períodos mais duros da ditadura militar. Por isso, a Adusp, DCE e Sintusp estão empenhados em uma campanha para democratizar a universidade. Seus eixos são a realização de uma Estatuinte soberana e eleição paritária para Reitor. Essas iniciativas são fundamentais para varrer o entulho autoritário que ainda regulamenta a maior universidade pública do país.

Adusp leva ao Procurador Geral representação contra estatutos de fundações “de apoio” que geram conflito de interesses

No dia 2/5, o procurador geral de Justiça, Rodrigo Rebello Pinho, voltou a reunir-se com representantes da Adusp, que encaminharam uma nova representação contra fundações privadas, ditas “de apoio”, que atuam na USP. Participaram também da audiência, a convite do Procurador Geral, os promotores de fundações da Capital, Paulo José de Palma e Airton Grazioli.

A representação, protocolada no ato pelo Procurador Geral, pede à Promotoria de Fundações providências contra os es-

tatutos de fundações “de apoio” que criam obrigações para docentes que ocupam cargos de direção na USP, ao estabelecerem vínculos entre esses cargos e os cargos diretivos das próprias entidades privadas — o que é ilegal, mas tornou-se corriqueiro na universidade. O exercício paralelo de cargos, na USP e nas fundações “de apoio”, gera conflito de interesses.

O presidente da Adusp, professor Américo Kerr, lembrou que o alegado “modo ágil” de gestão não

é compatível com o setor público, pois burla exigências legais que têm toda razão de ser quando se trata de preservar a moralidade, a impessoalidade e outros princípios fundamentais do trato com a coisa pública.

Relatadas ao procurador Rebello Pinho as dificuldades de acesso à documentação existente na Promotoria de Fundações, o promotor Palma argumentou não haver problemas no relacionamento entre esta e a Adusp. Foi dito então ao Procurador e aos

promotores que, apesar do tratamento cortês, a Promotoria de Fundações tem interposto obstáculos ao trabalho de apuração da Adusp. Foi relatado ao Procurador que desde 2001, quando o reitor Marcovitch telefonou aos promotores para reclamar da liberação de documentos das fundações “de apoio”, os arquivos foram interditados à Adusp.

O promotor Palma assumiu a responsabilidade pela proibição, mas se disse disposto a repensar a situação.